



Número: **5005451-30.2022.8.13.0480**

Classe: **[CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Patos de Minas**

Última distribuição : **27/04/2022**

Valor da causa: **R\$ 6.914.467,00**

Assuntos: **Equilíbrio Financeiro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
----- (AUTOR)	
	FERNANDO LANDIM DA CUNHA PEREIRA (ADVOGADO) ARTHUR GONTIJO DE AVILA (ADVOGADO) GABRIEL SENRA DA CUNHA PEREIRA (ADVOGADO) HENRIQUE TUNES MASSARA (ADVOGADO)
----- (RÉU/RÉ)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10521948459	28/11/2025 14:10	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Patos De Minas / 2ª Vara Cível da Comarca de Patos de Minas

Avenida Padre Almir Neves de Medeiros, 1600, Guanabara, Patos De Minas - MG - CEP: 38701-118

PROCESSO Nº: 5005451-30.2022.8.13.0480

CLASSE: [CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Equilíbrio Financeiro]

AUTOR: ---- CPF: ---- RÉU: ---- CPF: ----

### SENTENÇA

Vistos, etc.

#### I – RELATÓRIO

---- ajuizou Ação de Indenização por desequilíbrio econômico contratual em face do ---- aduzindo, e síntese, que foi contratada para prestar serviços de gestão, controle e cobrança de estacionamento rotativo em 2018 por meio do Contrato de Concessão n.º ----, oriundo da Concorrência Pública n.º ----; que o requerido não cumpriu sua obrigação contratual de fiscalizar adequadamente o uso das vagas, o que levou a uma drástica redução da “taxa de respeito”, muito abaixo dos 30% previstos em edital, e consequente queda na arrecadação; e que houve uma redução unilateral no número de vagas disponibilizadas após o início da operação, o que impactou negativamente o equilíbrio financeiro do contrato.

Diante disso, requer indenização no valor de R\$6.914.467,00 (seis milhões novecentos e quatorze mil quatrocentos e sessenta e sete reais) correspondente à diferença entre o que deveria arrecadar e o que efetivamente arrecadou.

Recebida a inicial.

Citado, o requerido apresentou contestação. Preliminarmente, arguiu a necessidade de retificação do polo passivo e a ausência de interesse de agir. No mérito alegou, em síntese, a ausência de comprovação do alegado desequilíbrio financeiro, visto que a ausência de fiscalização, por si só, não justificaria as alegações autorais e a autora também teria responsabilidade pela fiscalização. Alegou, ainda, que o alegado déficit financeiro decorre de questões inerentes ao risco do negócio e de inadimplementos da própria autora, como o não pagamento da outorga onerosa e outros encargos, invocando a *exceptio non adimpleti contractus*, além de ter impugnado os valores apresentados pela autora sob o argumento de serem unilaterais e sem respaldo técnico.

Número do documento: 25112814105184700010518010778

<https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25112814105184700010518010778>

Assinado eletronicamente por: PAULO SERGIO VIDAL - 28/11/2025 14:10:51

Num. 10521948459 - Pág. 1



Em sede de impugnação à contestação, a autora reiterou os fatos e argumentos da inicial e juntou novos documentos.

Proferida decisão de saneamento e organização do processo, ocasião na qual foi rejeitadas as preliminares e determinada a aplicação da regra geral de distribuição do ônus da prova prevista no art. 373, I e II, CPC.

Em sede de audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas duas testemunhas, como informantes, e tomado o depoimento pessoal do representante da autora.

Por fim, as partes apresentaram alegações finais reiterando seus argumentos.

É o necessário.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

O feito transcorreu regularmente, tendo sido instruído. As preliminares arguidas foram enfrentadas por ocasião do saneamento e não vislumbro outras preliminares ou nulidades que devam ser conhecidas de ofício. Assim, passo ao julgamento do mérito.

Pois bem.

O cerne da presente demanda reside na verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão n.º 117/2018, celebrado entre a autora e o Município requerido, com a consequente responsabilidade deste pela reparação dos supostos prejuízos.

Inicialmente, cumpre destacar que, conforme disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei n.º 8.666/93 que, embora revogada, estava vigente ao tempo do contrato celebrado entre as partes e se aplicava subsidiariamente às concessões, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato é um direito do contratado, assegurado em caso de fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. A Lei de Concessões (Lei n.º 8.987/95), em seu art. 9º, §§ 3º e 4º, reforça essa prerrogativa, especialmente diante de alterações unilaterais do contrato que afetem a equação econômico-financeira.

No caso em apreço, a autora alegou que a ausência de fiscalização efetiva por parte do Município comprometeu significativamente a “taxa de respeito” esperada na operação, impactando sua arrecadação. O Termo de Referência da Concorrência Pública n.º 016/2017 (Anexo I) estabeleceu que caberia ao Município promover a fiscalização e a autuação dos veículos estacionados de maneira irregular (item 11.6.1). Ademais, o Contrato de Concessão n.º 117/2018 (Cláusula 10.11, alínea "c") determina que incumbia à concedente “efetuar juntamente com a CONCESSIONARIA a fiscalização do uso indevido das áreas destinadas ao estacionamento rotativo, aplicando as penalidades cabíveis”.

A prova documental e oral produzida nos autos corrobora a alegação da autora sobre a deficiência na fiscalização. Os Ofícios 024/2020 (ID 9444480570) e Ofício 036/2020 (ID 9444448724), ambos da TLMOB, reiteram a solicitação de intensificação da fiscalização e evidenciam a baixa taxa de respeito, com um grande número de veículos utilizando as vagas irregularmente sem autuação. O próprio Município, em sua contestação, apresentou relatórios que demonstram que, de 113.476 veículos irregulares monitorados entre outubro de 2019 e março de 2020, apenas 1.775 foram fiscalizados, representando meros 1,56%.

O Parecer do Instituto Águila (ID 9611331631), documento contratado pelo próprio Município, reconhece que a Administração poderia arrecadar mais receitas com uma fiscalização adequada, o que demonstra a falha do concedente em seu dever de fiscalizar.

O depoimento do informante, ex-Diretor da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade de Patos de Minas, foi contundente ao afirmar que a autora não tinha poder para lavrar infrações, dependendo da atuação municipal. Embora o Município alegue que a concessionária também era responsável pela fiscalização, a prova produzida demonstra que o



poder de atuação e aplicação de penalidades cabia primariamente ao Município, sem o qual a “taxa de respeito” não poderia ser efetivamente garantida.

A alegação do Município de que as planilhas da autora são unilaterais e sem respaldo técnico não desqualifica a factualidade da baixa fiscalização e seus potenciais impactos na arrecadação, que foram confirmados por outras provas, inclusive documentos e testemunhos. A ausência de uma perícia contábil, que foi solicitada pelo Município na contestação, não impede o reconhecimento do direito ao reequilíbrio, podendo a quantificação ser remetida à fase de liquidação de sentença.

Ainda, a autora alegou que, após a aprovação do projeto de sinalização com 2.943 vagas mapeadas, o Município deliberou por não ativar algumas áreas, resultando em apenas 1.180 vagas efetivamente disponíveis (980 para carros e 200 para motos), em vez das 2.000 estimadas no edital. Essa redução unilateral impactou diretamente a receita prevista pela concessionária, com uma queda estimada de 38,29% no faturamento bruto.

O depoimento de ---- confirmou que houve uma ordem de serviço para restringir a utilização da totalidade das vagas previstas no edital, limitando o uso a um trecho específico, e que somente no segundo ano de contrato todas as vagas seriam disponibilizadas. Essa atitude do Poder Concedente configura um “fato do príncipe”, uma determinação estatal que onera extraordinariamente o contrato, justificando o reequilíbrio econômico-financeiro.

O Município, por sua vez, alegou que a autora não cumpriu suas obrigações financeiras, como o pagamento da outorga onerosa, impedindo-a de exigir o cumprimento das obrigações do concedente. Contudo, a cronologia apresentada pela autora (ID 9611185370) demonstra que o pedido de reequilíbrio foi feito em 25/05/2020, e as notificações de cobrança por parte do Município só se intensificaram a partir de 15/03/2021, após a autora informar que ingressaria em juízo. A autora argumenta que sua dificuldade financeira era uma consequência direta da falta de fiscalização e da redução de vagas pelo Município.

O art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93, dispõe que o reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido quando "sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual".

A deficiência na fiscalização e a redução unilateral das vagas são eventos que claramente se enquadram nas hipóteses de desequilíbrio contratual, sendo “fato do príncipe” ou “imprevisão”. As consequências desses atos, como a queda na arrecadação e a consequente dificuldade financeira da concessionária, não podem ser imputadas exclusivamente ao risco do negócio da autora quando são causadas por ações ou omissões do próprio Poder Concedente.

Portanto, resta configurado o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, causado por atos e omissões do Município requerido, que violaram a equação inicialmente pactuada, razão pela qual a autora faz jus ao recebimento de indenização.

Contudo, embora a autora tenha apresentado um valor de indenização (R\$ 6.914.467,00), este Juízo entende que a apuração exata dos valores devidos necessita de liquidação. A fase instrutória confirmou o direito ao reequilíbrio e à indenização, mas os cálculos apresentados pela autora não foram submetidos a uma perícia contábil, que poderia fornecer a precisão necessária para a condenação líquida neste momento. Dessa forma, a quantificação do *quantum debeatur* será remetida para a fase de liquidação de sentença, onde será possível detalhar os impactos financeiros da falta de fiscalização e da redução de vagas.

### III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, CPC, resolvo o mérito da presente demanda para julgar procedente o pedido inicial, reconhecendo o desequilíbrio financeiro superveniente no contrato firmado entre as partes por culpa do requerido e condenando o requerido ao pagamento de indenização em favor da autora em valor a ser apurado em sede de liquidação de sentença.

Isento de custas.

Condeno o requerido ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais. Contudo, nos termos do art. 85, §3º e §4º, II, a definição do percentual a ser aplicado sobre o proveito econômico a título de honorários deverá ocorrer após a liquidação da sentença.



Sentença sujeita à remessa necessária.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.

P. R. I. C.

Patos De Minas, data da assinatura eletrônica.

PAULO SERGIO VIDAL

Juiz(íza) de Direito

2ª Vara Cível da Comarca de Patos de Minas

